



DAS LUTAS EM TROMBAS E FORMOSO ÀS LUTAS DOS MOVIMENTOS SEM-TERRA NO SÉCULO XXI EM GOIÁS¹

Marcos Paulo França

Resumo

Quando verificamos a história da luta pela terra em Goiás, nos deparamos com algumas experiências que marcaram a trajetória camponesa no estado e que também possuem em si particularidades que, contrastados com a totalidade do movimento de luta dos camponeses brasileiros, explicam por si próprios o que é a luta pela terra, como o messianismo de Santa Dica, as lutas nos Quilombos, a “comuna” indígena do Centro de Pesquisa Indígena e a o enfrentamento de Trombas e Formoso. Assim, é a partir dessa rica história de luta que os camponeses de Goiás devem ser vistos. Tendo isso em vista, o presente artigo busca compreender melhor como se deu este último conflito e de como sua supressão “apagou” da memória camponesa, uma referência de organização política no estado. Do mesmo modo, a partir de dados institucionais, espacializou-se a luta pela terra no estado, na tentativa de elucidar a realidade da Reforma Agrária em Goiás.

Palavras-chave: Trombas e Formoso; Goiás; luta pela terra;

FROM THE STRUGGLES IN TROMBAS AND FORMOSO TO THE STRUGGLES OF THE LANDLESS MOVEMENTS IN THE 21ST CENTURY IN GOIÁS

Abstract

When we look at the history of the struggle for land in Goiás, we are faced with some experiences that marked the peasant trajectory in the state and that also have in themselves particularities that, contrasted with the totality of the Brazilian peasant struggle movement, explain for themselves what it is the struggle for land, like the messianic movement of Santa Dica, the struggles in the Quilombos, the indigenous “commune” of the Indigenous Research Center and the confrontation of Trombas and Formoso. So, it is from this rich history of struggle that the peasants of Goiás must be seen. With this in mind, the present article tries to better understand how this last conflict took place and how its suppression “erased” from peasant memory, a reference of political organization in the state. Likewise,

¹A presente artigo é resultado das discussões realizadas por França (2020), em sua dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação (PPGEO) em Geografia da Universidade Federal de Jataí (UFJ), intitulada “Questão agrária e a recriação camponesa nas faixas de domínio das rodovias no sudoeste de Goiás”, que obteve fomento via bolsa de demanda social da CAPES.

based on institutional data, the struggle for land in the state was spatialized, in an attempt to elucidate the reality of Agrarian Reform in Goiás.

Keywords: Trombas and Formoso; Goiás; land struggle;

DE LAS LUCHAS EN TROMBAS Y FORMOSO A LAS LUCHAS DE LOS MOVIMIENTOS SIN TIERRA EN EL SIGLO XXI EN GOIÁS

Resumen

Cuando miramos la historia de la lucha por la tierra en Goiás, nos enfrentamos a algunas experiencias que marcaron la trayectoria campesina en el estado y que también tienen en sí particularidades que, en contraste con la totalidad del movimiento de lucha campesina brasileña, explican por sí mismos qué es la lucha por la tierra, como el mesianismo de Santa Dica, las luchas en los Quilombos, la "comuna" indígena del Centro de Investigación Indígena y la confrontación de Trombas y Formoso. Por lo tanto, es a partir de esta rica historia de lucha que deben verse los campesinos de Goiás. Con esto en mente, este artículo busca comprender mejor cómo tuvo lugar este último conflicto y cómo su supresión "borró" de la memoria campesina, una referencia para la organización política en el estado. Asimismo, con base en datos institucionales, la lucha por la tierra en el estado fue espacializada, en un intento por dilucidar la realidad de la Reforma Agraria en Goiás.

Palabras-clave: Trombas e Formoso; Goiás; lucha por la tierra;

INTRODUÇÃO

Nos pouco mais de trinta anos desde a redemocratização do Brasil, os movimentos sociais de luta pela terra continuam na esperança da garantia de justiça social pela Reforma Agrária, um direito garantido pela Constituição Federal de 1988. Apesar de algumas conquistas durante este período, a luta camponesa encontra-se ameaçada, e junto dela, todos os direitos conquistados pela sociedade civil organizada, no decorrer do tempo e dos diferentes Governos que juraram defendê-la.

Conforme Fagnani (2017), o golpe de 2016 dá início ao fim do ciclo democrático, onde há a radicalização do projeto liberal que fora derrotado nas últimas quatro eleições presidenciais. No entanto, é a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 que representa a "face da barbárie" (OLIVEIRA, 2003) das elites concentradoras de terras no país, que destinam impunemente aos movimentos sociais, violências e assassinatos, sem trégua e sem fronteiras.

O processo iniciado em 2016 tem o objetivo de destruir os avanços sociais conquistados após Constituição de 1988. Fato este que fica mais claro com as medidas tomadas pelo tanto pelo Governo Temer (2016-2018), quanto pelo Governo Bolsonaro em 2019, como as reformas (trabalhista e da previdência), cortes na educação e saúde e a agenda de privatizações.

Dentre estas medidas, está a suspensão por tempo indeterminado da realização da Reforma Agrária pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), imposta pelo Governo Bolsonaro em março de 2019. Para Camargos e Magalhães (2019), esta estratégia significa o fim da Reforma Agrária, pois não transfere a propriedade de terras improdutivas para as famílias sem-terra.

Diante do exposto, o presente artigo pretende analisar a luta pela terra empreendida no estado de Goiás. O estado, que de acordo com Calaça e Dias (2010), possui sua estrutura fundiária caracterizada por grandes propriedades e tem, ao mesmo tempo, uma longa trajetória de insurgência ao latifúndio, como o movimento camponês de Trombas e Formoso, o qual será analisado na primeira parte deste trabalho.

Já num segundo momento, por meio de dados da CPT e do Incra, pretende-se analisar e espacializar a luta pela terra nos últimos 30 anos (1988 a 2018). Utilizando como pressuposto teórico o desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capitalismo no campo brasileiro (OLIVEIRA, 1991; 2001), bem como o conceito de território como chave para a compreensão dos processos e relações de poder (RAFFESTIN, 1993) demonstrando que é nas lutas de classe no território no qual os movimentos sociais buscam a posse de uma fração deste território para reproduzir seu modo de vida e sua cultura.

OS CAMPONESES DE TROMBAS E FORMOSO

A luta travada por posseiros em Trombas e Formoso foi a de maior repercussão e a mais significativa ação camponesa do estado de Goiás. Esse movimento camponês foi resultado do processo de ocupação das terras do estado entre as décadas de 1940 e 1960 e também da intensa migração populacional, fomentadas por políticas de colonização agrícola do Governo Federal, nas chamadas “frentes pioneiras”.

Conforme destaca Azevedo (2014), iniciava-se em nosso país:

[...] um período marcado por um forte discurso governamental e uma forte ideologia das classes dominantes no sentido do ‘nacionalismo’ e do desenvolvimento capitalista (reproduzidas em maior ou menor grau pelo próprio Partido Comunista). Essa ideologia estatal se traduz naturalmente pela via da geopolítica, ou seja, visando a instrumentalização do espaço para fins político-militares, o que no caso do Estado brasileiro indicava a importância da unificação nacional, especialmente através da colonização civil, mercantil e estatal do território. Os chamados ‘espaços vazios’ deveriam ser não apenas preenchidos, mas, principalmente, conectados e centralizados geograficamente através das ferrovias e rodovias nacionais. (AZEVEDO, 2014. p.69).

Nos estudos de Santos e Silveira (2008), esse período de grandes transformações econômicas, políticas e territoriais demonstram o forte impacto sobre diferentes características da vida nacional. A partir de dados trazidos pelos autores, houve um alto crescimento da população do país, passando de 30 milhões em 1920, para cerca de 83 milhões em 1965. Além disso, iniciou-se um processo intenso de migração rural-urbana, na qual a população urbana passou a crescer muito mais que a rural, fato esse devido “[...] muito menos à existência de emprego nas cidades, [...]” mas sim pela “[...] persistência de uma estrutura agrária defeituosa na maior parte do território brasileiro” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p.40).

É importante deixar claro que as transformações ocorridas nesse período desenvolveram a integração no sentido da expansão do controle do Capital e do Estado sobre o território e sobre as massas trabalhadoras do campo e da cidade, reproduzindo assim, sob novas técnicas (forças produtivas) e arranjos espaço-temporais, as “velhas estruturas sociais” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p.37).

A política de Getúlio Vargas (conhecida como “Marcha para o Oeste”) visava essa unificação do território nacional e tinha no estado do Goiás um ponto estratégico de ligação da Amazônia com o restante do país (ALENCAR, 1994). Essa política modificou a configuração econômica e política na região central do país e, portanto, também a da luta de classes.

Isso evidencia-se como um dos primeiros episódios de conflito agrário, fruto da política varguista de colonização agrícola nas revoltas camponesas de Porecatu e a do Sudoeste do Paraná, “[...] ambas tendo origem na instauração da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), criada por Getúlio Vargas no ano de 1943 em uma área de 350 mil hectares [...], e que criou altos fluxos migratórios especialmente de trabalhadores paulistas e nordestinos” (AZEVEDO, 2014).

De acordo com Oikawa (2011), os conflitos no sul do país, especialmente a revolta de Porecatu, têm relação muito próxima com o conflito de Trombas e Formoso em Goiás. Além da política de ocupação de Vargas, – marcada em Goiás pela fundação em 1941 da Colônia Nacional Agrícola de Goiás (Cang) – ambos possuíram ativa presença de militantes comunistas no armamento e organização dos movimentos camponeses.

Deste modo, é possível afirmar que esse movimento camponês é fruto do processo de ocupação de terras e da intensa migração ocorrida em Goiás naquele período e, ainda, que é resultado da estrutura fundiária que obrigava o homem do campo a constantemente se

deslocar pelo território (OLIVEIRA, 2007). Em sua gênese e corroborando com a afirmativa anterior, Duarte (1998) aponta:

Nestas duas localidades [Trombas e Formoso], que na época eram vilas pertencentes ao município de Uruaçu, existiam enormes áreas de terras devolutas, que foram, inicialmente, ocupadas por posseiros. Com a construção da estrada de rodagem Transbrasiliana, em 1948, estas terras foram valorizadas e atraíram o fluxo migratório de outros estados, principalmente de Minas Gerais. Logo os grileiros começaram a agir dando origem a um conflito violento entre grileiros/fazendeiros e posseiros. (DUARTE, 1998, p.164).

Segundo Carneiro (1988), a ocupação da região havia se iniciado antes do término da rodovia, atendendo às expectativas criadas pela “Marcha para o Oeste”. De acordo com a autora, a existência de imensa faixa de terras devolutas, superior a 60 mil hectares, conduziu grande fluxo migratório, atingindo em média de seis famílias por dia que chegavam na área.

Como assevera Dourado (2014, p.103), “assim como em Trombas e Formoso, a ocupação das terras do Médio-Norte goiano, no final da década de 1940 e início da década de 1950, não foi somente mais um simples avanço da fronteira agrícola de Goiás”, mas sim, a representação da “possibilidade de acesso à terra pelo pequeno produtor, o que marcaria incisivamente a região com um conflito agrário” (p.103).

O conflito teve início quando um grupo de fazendeiros, liderado por João Soares, passou a exigir dos posseiros que lá estavam instalados o pagamento da renda da terra por escrito – um documento atestando a desistência da terra e firmando o pagamento da renda. Os posseiros se recusaram a assinar qualquer contrato, apesar de pagarem a taxa cobrada: cerca de 30% da produção de arroz (CARNEIRO, 1988).

A recusa dos camponeses em assinar estes contratos,

[...] desencadeou sucessivas ações de coerção desempenhadas pelos fazendeiros que se diziam donos das terras, resultando na reação dos posseiros e, conseqüentemente, no conflito armado. A organização ganhou força, recebeu apoio de estudantes, parlamentares estaduais e federais, intelectuais e militantes políticos, principalmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que chegaram a enviar membros do partido para auxiliar na luta armada. (DOURADO, 2014, p.103).

Segundo Cunha (2007), os fazendeiros atuaram no primeiro momento por meio de duas linhas de ação: a violência direta contra os posseiros, queimando suas plantações e casas, se utilizando de violência e até a tortura contra os moradores, inclusive mulheres e crianças; paralelamente, a segunda forma consistia em atuar nas vias jurídicas, para grilar os títulos das terras devolutas e se passarem por “legítimos” proprietários.

Faz-se importante ressaltar a atuação dos militantes comunistas nos conflitos de Trombas e Formoso. Como ressaltado, o PCB, diferentemente das posições de Francisco Julião na ocasião das Ligas Camponesas, acreditava que os embates nas lutas por terra no país deveriam ocorrer prioritariamente no âmbito jurídico, o que de fato ocorreu no caso goiano entre 1950 e 1954, que conforme aponta Azevedo (2014), os camponeses resistiram até o ano de 1954 “[...] pela via da legalidade, buscando de todas as formas os títulos de propriedade” (p.72), orientados por José Firmino, em Formoso e, por José Porfírio, em Trombas, ambos partidários do PCB.

No entanto, a guinada do movimento camponês para a resistência armada se misturou com a história do partido que, compelido a clandestinidade desde 1948 pelo Governo Dutra, respondeu à truculência do Governo, o que traria ao PCB diversas tensões e disputas internas nos anos posteriores, conforme aponta o documento do Comitê Central do PCB (PCB, 2015). Estas disputas internas do partido refletem os atos realizados nos movimentos camponeses da época, como em Porecatu, em que alguns segmentos do partido defendiam o uso da “violência revolucionária”, o que de fato ocorreu e culminou na desarticulação do movimento em 1951.

Mais tarde, essa guinada de alguns setores do partido também refletiu nos conflitos de Trombas e Formoso. Nos relatos de Azevedo (2014), após as tentativas frustradas de José Porfírio em estabelecer um acordo com os grileiros e de buscar apoio do Governo estadual com os trâmites jurídicos, o militante percebeu que o Estado não possuía meios para reprimir e prender todos os posseiros, admitindo a possibilidade de passar para a resistência armada.

É importante salientar que a hipótese da resistência armada admitida por Porfírio havia se mostrado possível desde 1953, quando o líder de Formoso, José Firmino, recebeu a visita de militantes comunistas para morar e viver na região a fim de organizar a luta (AZEVEDO, 2014). Outro fator importante é apontado por Martins (1981), que afirma que no mesmo ano, José Porfírio teve a casa invadida por grileiros e, na ocasião, sua mulher e filho recém-nascido foram arrancados de casa, sendo esta queimada, o que resultou na morte da mulher poucos dias depois.

A revolta de Trombas e Formoso ocorreu nessa conjuntura política apontada como “segundo momento” do PCB, como aponta Cunha (2007). Aquele momento, entre a orientação do “Manifesto de Agosto” de 1950 e do IV Congresso, em 1954, foi quando ocorreram o I e II Congresso Camponês em Goiânia, em 1951 e 1952, ocasião em que foi

fundada a União dos Camponeses de Goiás (UCG), que em 1954 se tornou União dos Trabalhadores Agrícolas de Goiás (ULTAG).

Segundo Cunha (2007):

O segundo momento da história do PCB Goiás desenvolve-se entre 1950 e 1964, com especial ênfase para o trabalho de campo. Esse período de intervenção está associado à nova fase de expansão do capitalismo no campo e à colonização do norte do estado, onde o crescimento do partido pôde ser acompanhado por dois elementos importantes: a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang) e a construção da Belém-Brasília. (CUNHA, 2007, p.127).

A transformação e escalada da situação em Trombas e Formoso para o conflito geral teve o seu estopim quando, mais uma vez o grileiro João Soares, que se tornou em uma espécie de líder contra as ações dos posseiros, aproveitando-se de uma “liminar” para reintegração de posse e da batida da polícia na posse de “Nego Carreiro”, um camponês que se negara a pagar a renda, “[...] organizou uma ‘expedição’ de jagunços e policiais para intimidar os camponeses da decisão judicial, aproveitando para saquear suas colheitas” (AZEVEDO, 2014, p.74).

Com a negativa do posseiro em pagar o arrendo,

[...] houve então um tiroteio no qual o sargento Nelson, que tomou a iniciativa contra o posseiro morreu baleado na testa e outro soldado foi ferido, ficando sem uma das orelhas. O restante da jagunçada e dos policiais fugiram desesperadamente, assustados frente a reação enérgica do camponês. Nego Carreiro fugiu. Desse momento em diante a região transforma-se em um campo de batalha. (AZEVEDO, 2014, p.74).

Como o enfrentamento era iminente, as lideranças prepararam militarmente os camponeses com treinamentos e aquisição de armas. Os comunistas, a despeito das experiências anteriores em confrontos contra o aparato do Estado, como em Porecatu, tiveram em Trombas e Formoso uma série de particularidades. Como destaca Azevedo (2014), os camponeses, por uma série de fatores, apresentaram grande capacidade de resistência, tendo em vista que o conflito armado perdurou por cerca de três anos (1955-1957), saindo vitoriosos ao final do processo.

Dentre os fatores fundamentais para a resistência camponesa, segundo Azevedo (2014), o conhecimento sobre o território pelos posseiros e sua ágil rede de comunicação foi decisiva para as forças em combate. Ainda cabe salientar a participação efetiva das mulheres, tanto na comunicação, quanto nas linhas de frente, a confiança estabelecida entre as lideranças políticas e a base camponesa, bem como a manutenção da produção através do mutirão e a

rede de solidariedade que foi estabelecida entre campo e cidade, foram os fatores fundamentais para a resistência camponesa.

Com o processo intenso de mobilização dos camponeses, ainda em 1955, no início dos conflitos armados, foi fundada a “Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas, tendo José Porfírio na presidência e José Ribeiro como primeiro secretário” (AZEVEDO, 2014, p.77). A associação foi fundamental para a organização e vitória dos posseiros de Trombas e Formoso e com o fim do embate e expulsão dos grileiros, passou então, utilizando-se da paz instaurada, a aprofundar o trabalho de organização camponesa. Como destaca Cunha (2007), “a partir desse momento, com o efetivo controle de toda a área pelos posseiros e o total abandono pelo governo do estado de Goiás, a Associação é o governo em toda a região, bem como o poder real do território” (p.207-208).

Frente aparente “ausência” do Estado e do Capital, a associação e os “Conselhos de Córregos” “[...] emergem como a maior expressão do novo poder político dos camponeses sobre o território” (AZEVEDO, 2014, p.78). Para o autor, os Conselhos, que eram democraticamente eleitos e tinham a finalidade de resolver os problemas internos dos posseiros, carregavam em si:

[...] elementos muito ricos de continuidade e inovação no que tange as propostas históricas de conselhos oriundas das revoluções populares desde o século XIX. Ao passo que mantém a estrutura básica de um poder efetivo das massas por local de trabalho e moradia, de baixo para cima, se adapta as condições geográficas e culturais da região. Sendo esta característica natural (os diversos córregos cortando a região) um **elemento determinante para a reprodução da vida e da cultura local**, os córregos são verdadeiras centralidades no campo, modelando possibilidades e limites territoriais dos camponeses. (AZEVEDO, 2014, p.78, grifo meu).

De acordo com Carneiro (1988), primeiramente, os Conselhos tiveram sua origem intimamente ligada a prática do mutirão, que além de ter sido um meio pelo qual pode-se sustentar a resistência armada, teve continuidade após a expulsão dos grileiros como prática corrente de produção comunitária e reprodução da vida camponesa. Deste modo, os conselhos surgiram como criações autênticas da união dos camponeses contra os mandonismos, fundindo o meio político e econômico do grupo.

Cunha (2007) também faz interessante retrospectiva das características gerais do surgimento dos Conselhos:

No princípio, os Conselhos de Córregos surgem com essa denominação em razão de a região possuir um grande número de córregos onde os moradores fixavam posses e faziam suas casas, em geral próximas umas das outras com fundo para um córrego. A utilização comum desses locais, fosse para a lavagem de roupa fosse para outras atividades afins, como banho ou busca de água, aliada ao tradicional cooperativismo

do campesinato, veio a ser um instrumento fundamental de consolidação da resistência, união e mobilização dos posseiros. Nos momentos de luta, era a linha de frente de combate, mobilizando, informando e discutindo as resoluções da Associação. (CUNHA, 2007, p.200)

Com o fim do Governo de José Ludovico de Almeida (1955-1959), que havia se declarado inimigo dos camponeses de Trombas e Formoso, conforme Carneiro (1988), o abandono do Estado teve fim em 1960, quando Mauro Borges assumiu o Governo do estado de Goiás, prometendo demarcar e legalizar as terras. Segundo Carneiro (1988), a entrega dos títulos ocorreu em 18 de agosto de 1962 e, na ocasião, o governador foi recebido com festa em Formoso, para a entrega dos primeiros 129 títulos de propriedade, na mesma cidade que havia sido a base de organização dos grileiros.

Ainda em 1962, conforme aponta Dourado (2014), “[...] depois da titulação das terras, José Porfírio [...] se candidatou a deputado estadual de Goiás pelo PTB” (p.104), se elegendo com 4.663 votos. Nos relatos de Carneiro (1988), Trombas e Formoso passaram a ser exemplo em todo o estado de Goiás, fomentando a criação de outras associações em diversos municípios, influenciando até mesmo o pensamento político de Mauro Borges que, em seu discurso de posse, defendeu o uso da propriedade condicionado ao bem-estar social e ainda prometeu promover a justa distribuição das terras goianas.

No entanto, dois anos depois, veio o Golpe Civil Militar de 1964 e a realidade camponesa foi mais uma vez tomada pela violência. De acordo com Dourado (2014), o movimento de Trombas e Formoso foi rapidamente desmantelado, perseguido e abafado pela ditadura, ao ser considerado uma “organização de atividades comunistas e subversivas” (p.114). Ainda como relata a autora, José Porfírio,

[...] mediante sua força representativa dentro do âmbito político camponês, se tornou o principal alvo da perseguição militar na região. Fugiu, sendo preso em 1972, na Fazenda Riachão, no município de Angelical, no Maranhão. Foi condenado a seis meses de prisão, sendo solto em 07 de junho de 1973. Nesse dia José Porfírio teria comprado uma passagem para Goiânia – estava preso em Brasília - tendo sido deixado na rodoviária por sua advogada. Nunca mais foi visto e é considerado, hoje, desaparecido político. (DOURADO, 2014, p.114).

O Golpe Civil Militar de 1964 inaugurou na região um longo período no qual se empreenderam as perseguições a qualquer ação que o regime considerasse subversiva. Dourado (2014), ao escrever para o relatório “Direito à Memória e à Verdade”, aponta que a luta dos camponeses da região foi facilmente associada ao caráter de subversão, gerando além de perseguições, intensas fugas e abandonos de terras dos camponeses ligados a associação.

As fugas no campo, que vivia um processo de melhoria das condições de vida dos camponeses posterior ao fim do conflito e regularização das terras, significaram a ruptura na narrativa de um movimento político genuinamente camponês, tendo em vista que a própria origem do município de Trombas é a história do evento político de Trombas e Formoso. Para Dourado (2014), o direito à memória foi negado aos camponeses quando sua história e a do movimento do qual eles fizeram parte foi escondido e reprimido mesmo quando o conflito havia sido resolvido, com a censura, perseguição de seus correligionários, prisão, tortura e assassinato de suas lideranças, como o exemplo de Porfírio.

Dourado (2014) assevera:

O momento político caracterizado pelo regime militar, iniciado nos anos 1960, desencadeou uma série de transformações socioculturais na região, de forma irreversível e determinante para a atual configuração da memória do evento. As memórias pouco ou nunca partilhadas são resultados de dois processos decorrentes da ditadura militar: o silêncio motivado pelo medo e pela repressão empreendidos na região; e a mudança cultural promovida pelas novas mentalidades que adentraram a região, viabilizada pelo novo fluxo migratório iniciado depois de 1964. Estas novas mentalidades nem sempre estavam ligadas ao contexto de luta do passado da região. (DOURADO, 2014, p.105).

A região foi invadida pelos militares em duas ocasiões, em 1964 para dismantlar a associação, os Conselhos de Córregos e substituir a liberdade pela autoridade estatal, nomeando um interventor para a prefeitura de ambos os municípios. Em 1971, a segunda invasão militar, intitulada de “Operação Mesopotâmia”, ocorreu com a “descoberta” da Guerrilha do Araguaia, que na verdade serviu para justamente deslocar e retirar os camponeses da região. Como relata Azevedo (2014, p.84), “a invasão foi extremamente violenta, torturando e prendendo dezenas de camponeses e antigos militantes comunistas”.

Para Azevedo (2014), a política de segurança nacional da ditadura se utilizava da luta “anticomunista” para destruir qualquer resquício de resistência popular. A Guerrilha do Araguaia, que de fato ousou se impor contra a violência do regime com a mesma moeda, foi utilizada também como forma de desarticular toda e qualquer tipo de organização coletiva da região, seja ela política ou sindical.

Por outro lado, o trabalho do aparato repressivo era, obviamente, sempre acompanhado do trabalho do aparato ideológico e a mídia cumpria muito bem esse papel:

No curso da intitulada ‘Operação Mesopotâmia’, a imprensa nacional anunciou com alarde a ‘Incrível história de um país russo no Brasil’ e o fato de que ‘Goiás abrigou durante 11 anos um Estado Comunista’, bem como a prisão das principais lideranças [...] e a descoberta de um sofisticado arsenal de armas. (CUNHA, 2007, p.280).

Mais uma vez é possível perceber, no curso da história recente do país, as elites rurais e as oligarquias econômicas se utilizando do Estado para manutenção da estrutura social profundamente desigual. A história de Trombas e Formoso faz parte desse processo, como ressalta Cunha (2007) que, após as invasões militares nestes dois municípios, a modernização conservadora, via violenta repressão e incentivos governamentais, foi transformando a região e expulsando os camponeses.

Ao longo dos anos seguintes, não houve nenhuma atividade política de esquerda organizada em Formoso e Trombas, e o silêncio perdurou por muito tempo, e muitos expoentes originários daquele processo fugiram, sem mais retornarem. O processo de concentração fundiária foi se alterando e são muito poucas as pequenas propriedades e menor ainda o grupo de posseiros do período de 1950. (CUNHA, 2007, p.281).

A ditadura promoveu, segundo Dourado (2014), o silêncio e esquecimento da luta camponesa de Trombas e Formoso, tanto nacionalmente, quanto ali mesmo, onde tudo aconteceu. Apesar de existirem resquícios dos acontecimentos, como algumas pessoas que viveram aquele momento, ou até José Porfírio homenageado em um colégio no município de Trombas com o seu nome, a narrativa política do conflito, da organização e resistência camponesa se esvaeceu com a ação repressiva dos militares.

Para Dourado (2014):

O golpe militar talvez seja um dos maiores dos traumas no contexto narrativo de Trombas e Formoso, sendo responsável por uma interrupção no narrar dessas histórias e fazendo com que seus próprios protagonistas se calassem frente a qualquer possibilidade de expressão de suas memórias. O silêncio caracterizou-se, nesse momento histórico, enquanto processo de experiências traumatizantes vividas em decorrência das perseguições durante o período da ditadura militar (DOURADO, 2014, p.108).

O fato é que o esquecimento dos acontecimentos em Trombas e Formoso, assim como outros diversos conflitos por terra no país, sejam eles vitórias camponesas ou não, repercutiram e ainda repercutem na história política. A prisão e o desaparecimento de José Porfírio o excluíram do debate democrático. A formação de novas lideranças camponesas foi tolhida durante o período ditatorial.

O desconhecimento da experiência democrática conquistada e construída pelos camponeses excluiu a sua participação da História, substituindo-a pela imposta pelos militares e pelo imaginário construído pela mídia comercial, apoiadora do regime, principalmente na narrativa classificando-os por “terroristas”, muito semelhantes à narrativa construída contra os movimentos socioterritoriais atualmente.

AS LUTAS DOS MOVIMENTOS SEM-TERRA EM GOIÁS

A Ditadura Civil Militar rompeu a trajetória organizacional dos camponeses no Brasil e deixou herança violenta na história social do país. Ao mesmo tempo em que o direito a se organizar em prol de uma causa foi cerceado, as transformações socioterritoriais foram sendo impostas pelo “casamento” das oligarquias com os militares, relegando ao Cerrado o forte interesse dos agroexportadores por suas terras, antes vistas como improdutivas.

De acordo com Calaça e Dias (2010), a agricultura intensiva no Centro-Oeste:

[...] tomou impulso na região, com a viabilização tecnológica do cultivo de soja e agora é a cana-de-açúcar, ela vai definir a estrutura fundiária, que mostra um perfil ainda mais claro quanto ao predomínio das grandes propriedades. Se no passado já existia a figura dos latifúndios e da terra concentrada, estes se mantiveram em razão dos incentivos oficiais, do preço das terras, das extensas áreas mecanizáveis, da disponibilidade e modernas tecnologias de produção em grande escala e da descoberta de corretivos do solo (calcário e fosfato). (CALAÇA; DIAS, 2010, p.316).

A base da estrutura fundiária no estado de Goiás não teve grandes alterações até a introdução do cultivo da soja no Cerrado, no final da década de 1970 e início da década de 1980, como descortinamos na Tabela 4. Para Calaça e Dias (2010), no estado persistiu “[...] um quadro de grandes propriedades, favorecendo ainda mais o agravamento do problema da concentração de terras [...], com a consequente e crescente expulsão dos pequenos proprietários” (p.316).

Ao observar-se a tabela 1, o período de 1970 a 1995 mantém os mesmos níveis no que se refere ao número de estabelecimentos. As transformações mais significativas no estado de Goiás se deram apenas entre o ano de 1995 e o ano de 2017, principalmente nos grupos de menos de 0 a menos de 100 hectares. Esse grupo, de acordo com o INCRA (2017), recebeu a quantia significativa de novos estabelecimentos advindos da política estatal de reforma agrária (mais de 15 mil estabelecimentos distribuídos) e da regularização fundiária de posses e territórios tradicionais, principalmente após a eleição de Lula e a implementação do II PNRA.

Tabela 1 – Goiás: número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (1970 – 2017)

Ano	De 0 a menos de 100ha	%	De 100 a menos de 1.000ha	%	Mais de 1.000ha	%	Total
1970	67.991	63,22	35.366	32,89	4.187	3,89	107.544
1980	65.961	59,64	39.133	35,38	5.502	4,97	110.596
1995	67.599	60,48	38.728	34,65	5.437	4,86	111.764
2006	94.084	70,43	34.494	25,82	5.001	3,74	133.579
2017	112.703	74,06	34.099	22,41	5.104	3,35	152.174

Fonte: Censos Agropecuários: 1970; 1980; 1995; 2006 e 2017 (IBGE, 2019). Organização: do autor, 2019.

Por outro lado, se observar os dados referentes à área dos estabelecimentos na tabela 2, nos grupos com 100 a menos de 1.000 hectares e de mais de 1.000 hectares, percebe-se a inversão nas proporções, em que a menor parte dos estabelecimentos, no caso os grandes, possuem a maior parte da área. Enquanto o estrato de 0 a menos de 100 hectares possui o maior número de estabelecimentos (74,06% do total, em 2017), inversamente, este mesmo estrato, no que se refere a área, possui a menor parte das terras, ocupando apenas 12,71% da área total, em 2017.

Tabela 2 – Goiás: área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (1970 – 2017)

Ano	De 0 a menos de 100h	%	De 100 a menos de 1.000ha	%	Mais de 1.000ha	%	Total
1970	2.488.236	10,23	10.414.281	42,80	11.430.155	46,97	24.332.672
1980	2.429.137	8,32	11.941.312	40,92	14.814.846	50,76	29.185.295
1995	2.494.594	9,08	12.011.556	43,72	12.966.497	47,20	27.472.647
2006	2.952.032	11,29	10.701.273	40,94	12.482.776	47,76	26.136.081
2017	3.339.919	12,71	10.469.159	39,84	12.466.167	47,44	26.275.245

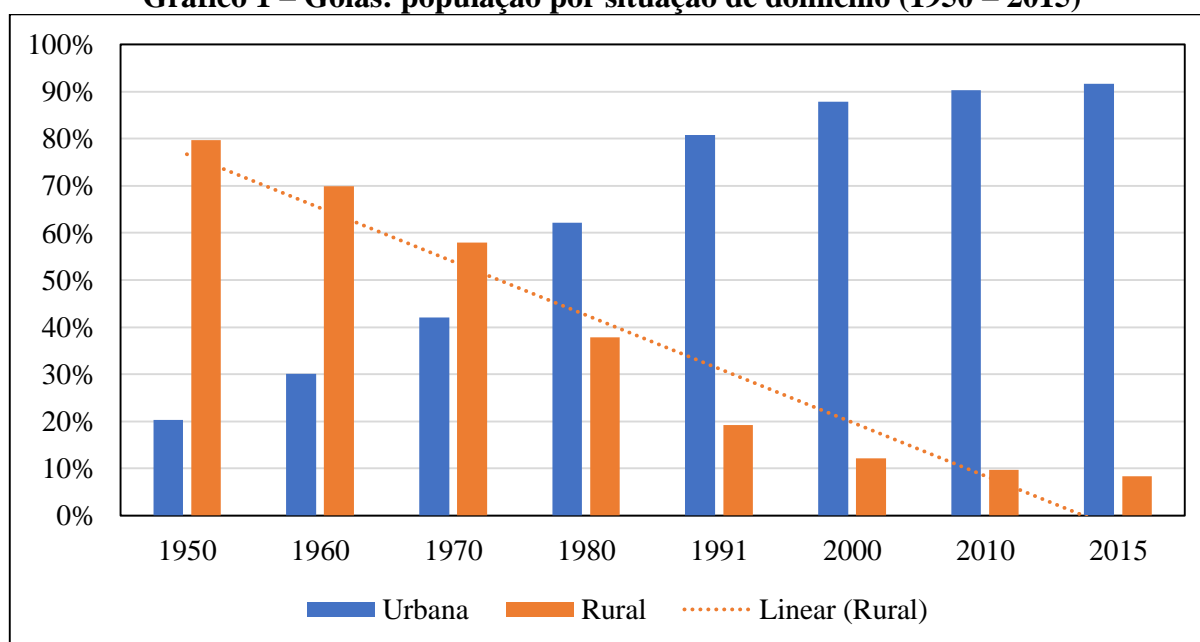
Fonte: Censos Agropecuários: 1970; 1980; 1995; 2006 e 2017 (IBGE, 2019). Organização: do autor, 2019.

Isso fica mais evidente quando se verifica o grupo de estabelecimentos de mais de 1.000 hectares, em que a parte menor dos estabelecimentos do estado (3,35%) possuiu quase a metade do total da área ocupada no estado (47,44%), em 2017. É preciso destacar também

que os estratos de área pouco se alteram, mantendo a situação estacional durante as séries históricas do Censo Agropecuário. Para Calaça e Rodrigues (2005), isso significa que nas últimas quatro décadas não houve ações que alterassem a distribuição desigual da terra em Goiás, confirmado pelos dados o caráter concentrador do modelo produtivo adotado pelo Estado brasileiro nas últimas décadas.

Apesar de não se ter dados anteriores a 1970 nos Censos Agropecuários em Goiás, os dados populacionais podem contribuir para a maior concentração de terras no estado, como demonstrado no gráfico 1. Ao se verificar a população por domicílio no estado (rural e urbana), percebe-se a inversão populacional, antes majoritariamente residente no meio rural até a década de 1970 e, a partir da década de 1980, passou a ser predominantemente urbana. Isso não quer dizer que antes a terra não era concentrada quando predominava a população rural, mas que essa fora profundamente afetada com a concentração fundiária no estado.

Gráfico 1 – Goiás: população por situação de domicílio (1950 – 2015)



Fonte: IMB, 2017. Organização: do autor, 2019.

A ocupação do estado de Goiás, de acordo com Chaveiro e Barreira (2010), respeitou duas modalidades de representação do Cerrado, enunciadas por diferentes atores e momentos históricos distintos, sendo uma visão negativa, apontada como um lugar inóspito, “[...] de vegetação feia, solo pobre, povo rude”, e outra positiva, “[...] celeiro do Brasil, caixa d’água do planeta, corredor produtivo” (p.15).

Essa apropriação do bioma foi construída com objetivos políticos, conforme apontam Chaveiro e Barreira (2010):

[...] a construção de uma imagem negativa do Cerrado feita por agentes externos aos povos do local, tal como foi incidida até a década de 1970, supôs que **os povos que aqui existiam, seu modo de vida, sua economia, a sua cultura**, por não pertencerem a uma racionalidade econômica hegemônica, **eram uma espécie de parias da nação**. Todavia, se os povos eram destituídos da racionalidade desenvolvida, o ambiente era preservado. (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p.17, grifo meu).

Por outro lado, a construção da imagem positiva do Cerrado, evidenciam os autores, foi formada a partir da década de 1970, “[...] é paralela ao uso intenso dos componentes do bioma, coordenado por atores externos. Território dinâmico, integrado àquela racionalidade, tem seus componentes impactados e destruídos” (p.17). Assim, a dinâmica é desigual entre os diferentes momentos e apropriada diferenciadamente pelos atores, abandonando o Cerrado num primeiro momento, mas mantendo-o preservado e transformando-o num segundo momento, inserindo-o na economia nacional e internacional, mas destruindo sua natureza e expulsando seus povos (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010).

Conforme evidenciam Calaça e Dias (2010), o modelo produtivo idealizado para o Centro-Oeste teve de contar com pactos políticos com as oligarquias locais que, tendo como traço comum “o caráter concentrador do modelo de desenvolvimento do país” (p.317), resultou em fortes impactos socioambientais. Chaveiro e Barreira (2010) corroboram com isso quando afirmam:

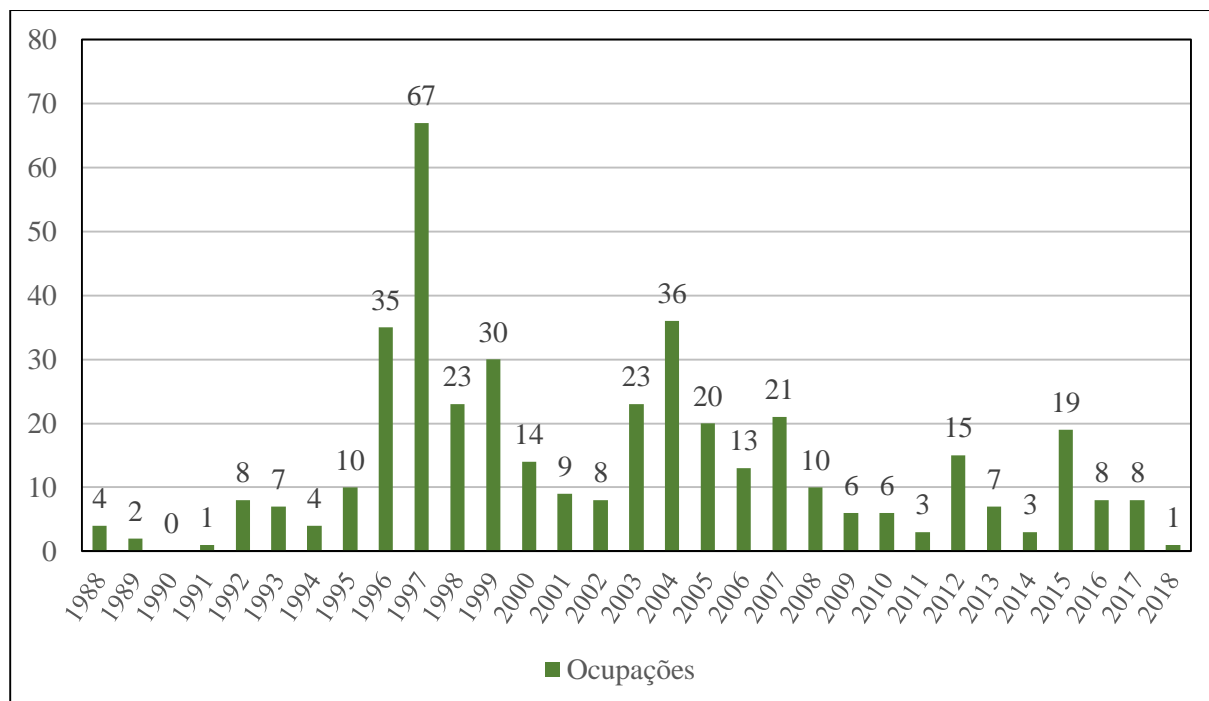
[...] essas mudanças, além de dinamizarem economicamente esse território [o Cerrado], dariam-lhes mais **sobrevida política**. Assim é que estendeu-se essa ideia: **o sertão é o Brasil profundo e original**, diferente do litoral que é contaminado pelas forças exteriores. Mas esse Brasil profundo **precisa ser mudado** pelo exemplo externo, de maneira que **o que é original não serve** e o que é externo é espúrio, **mas necessário**. (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p.26, grifo meu).

Em síntese, o Cerrado foi apropriado e transformado de acordo com os interesses políticos e econômicos daqueles que não viviam ou sobreviviam dele. O bioma foi sendo incorporado aproveitando das suas características estruturais, como apontam Calaça e Dias (2010), quando demonstram a concentração oligárquica da terra em Goiás. Sob outra ótica, que não exclui a primeira, a partir do imaginário social negativo, conforme apontam Chaveiro e Barreira (2010), efetivou-se como “sentença de verdade de que havia dois Brasis – um do litoral e outro do sertão” (p.26), um “desenvolvido” e outro retrógrado, um superior e outro inferior.

Assim, fica evidente a desnaturalização do Cerrado, bem como a desumanização de seus povos, tendo em vista que boa parte do processo de “modernização” do Centro-Oeste se deu durante o regime militar no país. Na ressignificação do bioma, se seus ocupantes representam um “atraso”, nada mais “justo” do que retirá-los a força, se suas árvores são feias e inúteis, substituí-las por algo lucrativo também é justificável.

Nos quase setenta anos da resistência de Trombas e Formoso, os camponeses permanecem nas disputas territoriais e na luta pela terra em Goiás. Se para Fernandes (1999), a principal ação dos movimentos socioterritoriais se dá pelas ocupações de terras, a luta camponesa no estado persiste desde a redemocratização como representa o Gráfico 02.

Gráfico 2 – Goiás: ocupações de terra em Goiás (1988 – 2015)



Fonte: CPT, (2018). Organização: do autor, 2019.

Entre os anos de 1988 e 2018, houve, em Goiás, 424 ocupações de terra. Estas ações variaram ao longo dos anos estudados, de acordo com a conjuntura política e econômica do período. No gráfico 2, demonstra-se a concentração desta ação em três períodos: entre os anos de 1995 e 2002, sendo o ano de 1997 com o maior número de registros de ocupações (67); seguido pelo período de 2003 a 2010, com 36 ações, em 2004; e o período de 2011 a 2018, teve seu auge em 2015, com 19 ocupações de terra.

Estes três períodos representam momentos políticos distintos no Brasil. De 1995 a 2010, nos governos FHC e Lula, houve diferentes posicionamentos quanto à política de reforma agrária no país. Se o objetivo destas ações é cobrar do Estado medidas de combate à desigualdade e promover a reforma agrária, é possível dizer que o alto número de ocupações no primeiro período (196), marcado pelo avanço do neoliberalismo e crise na economia brasileira, representa o maior nível de pressão exercido pelos movimentos socioterritoriais frente ao Governo vigente.

No segundo período, percebe-se o número menor de ocupações de terra (135), mas não menos expressivos. A quantidade de ocupações, de 2003 a 2010, revela que, mesmo num Governo “aberto” a esses movimentos, a luta pela terra permaneceu a ser exercida pela pressão dos camponeses. Como ressalta Grzybowski (1987), o sentido político dos sem-terra não decorre das relações situacionais que eles mantêm, mas sim no fato de sua situação de marginalizados, devido a estrutura agrária vigente. Assim, exigem do Estado:

[...] medidas que lhes garantam o acesso à propriedade da terra e a sua integração econômica e social como pequenos proprietários. Os sem-terra não se defendem, mas tomam a iniciativa, ocupando áreas e, sobretudo, organizando acampamentos. Criam situações de fato, obrigando o Estado a intervir, através de juízes, policiais, INCRA, políticos. A não ser nas ocupações, os sem-terra não são hostilizados diretamente pelos grandes proprietários. A pressão destes é feita, sobretudo, através de suas organizações. (GRZYBOWSKI, 1987, p.24).

O terceiro período representa outro momento político tanto para o país, quanto para os movimentos socioterritoriais. A eleição de Dilma Rousseff, em 2010, em sua aparência, dava continuidade ao plano político do Partido dos Trabalhadores, construído desde a redemocratização, efetivando-se com a eleição de 2002. No entanto, a crise que afetou a economia mundial em 2008 refletiu na estrutura política do Brasil. A baixa dos preços das *commodities* no mercado mundial, a crise fiscal e as movimentações das ruas em 2013 abalaram esse plano político, que terminou abruptamente com o “golpe parlamentar” de 2016, no qual a presidenta foi retirada por um processo de impeachment sem crime.

O abalo da democracia brasileira trouxe de volta à tona a face antidemocrática e fascista das oligarquias brasileiras, que mais tarde acabaria em um processo eleitoral, em 2018, marcado pela intolerância e ódio, parte dele direcionado aos movimentos socioterritoriais.

Deste modo, o terceiro período, representado no gráfico 2, pode ser dividido em outros dois momentos: um, de 2011 a 2014, praticamente inexpressivo no estado, com 28

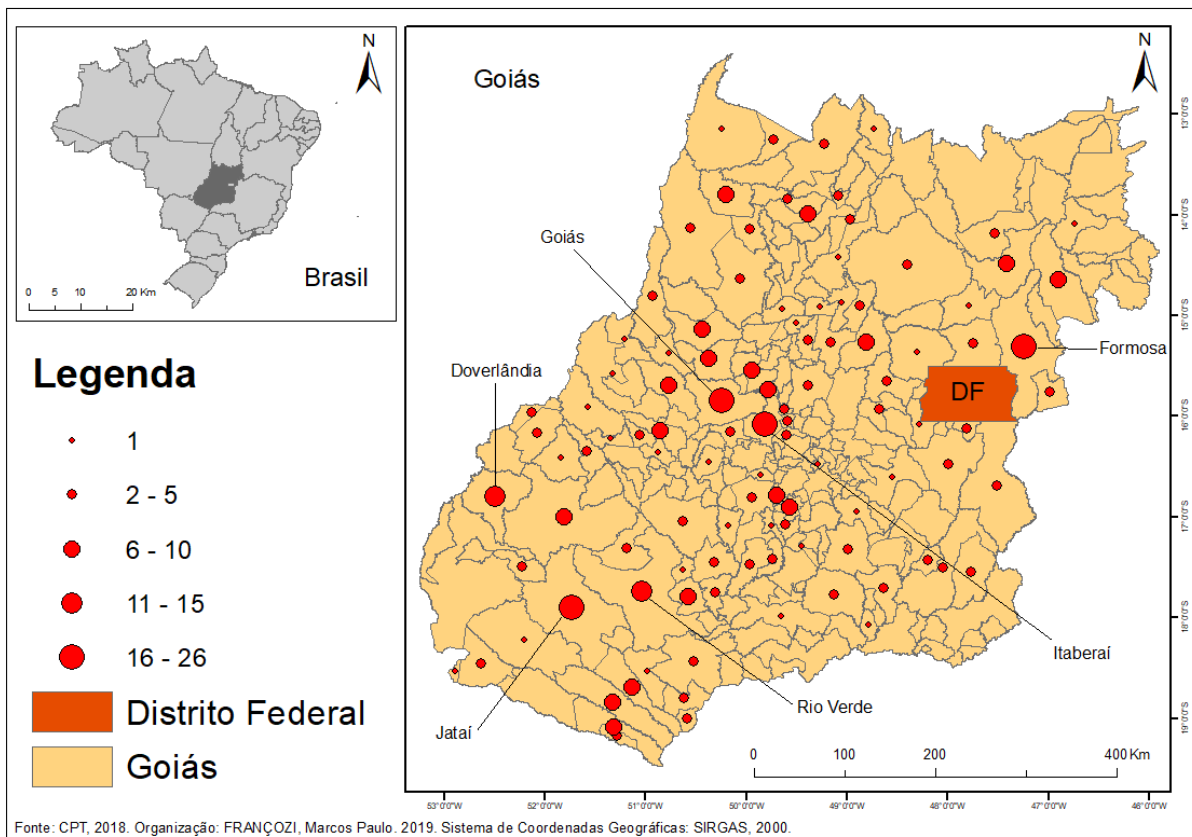
ocupações; e outro, de 2015 a 2018, com 36 ocupações de terra no total, no qual destaca-se o ano de 2018 com apenas uma ação dos movimentos.

Quando mapeados, os dados das ocupações de terra em Goiás revelam a espacialização da luta pela terra. Segundo Fernandes (1999), espacializar é:

[...] registrar no espaço social um processo de luta. É o multimencionamento do espaço de socialização política. É escrever no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações ocupações e reocupações de terras, etc. (FERNANDES, 1999, p. 136).

Assim, no mapa 1, localiza-se a espacialização da luta pela terra em Goiás (1988 a 2018). No mapa, demonstra-se a concentração das ocupações de terra nos municípios de Goiás (26 ocupações), Jataí (25), Itaberaí (18) e Formosa, com 16 ocupações registradas. Estes principais municípios foram foco de lutas em determinados períodos. O município de Goiás na década de 1990, Itaberaí entre 1996 e 2008, Formosa no início dos anos 2000 e as ocupações em Jataí mantiveram constância entre as décadas de 1990 e 2000.

Mapa 1 – Goiás: ocupações de terra (1988 – 2018)



Fonte: CPT, 2018. Organização: do ator, 2019.

Quando se sistematizam as ocupações por movimentos socioterritoriais, observam-se quais movimentos lideram a luta pela terra em Goiás. A tabela 3 demonstra número significativo de ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), com 144 ocupações, sendo o movimento socioterritorial mais atuante no estado. Em seguida, outras ações ligadas a sindicatos rurais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) participaram da organização de 61 ocupações no estado.

Tabela 3 – Goiás: ocupações de terra por movimento (1988 – 2018)

Movimentos	Ocupações
MST	144
Não identificado	123
Sindical (CONTAG/FETRAF)	61
Terra Livre	77
FNL	5
MLST	4
LCP	2
Movimentos Indígenas	7
MVTC	1
Total	424

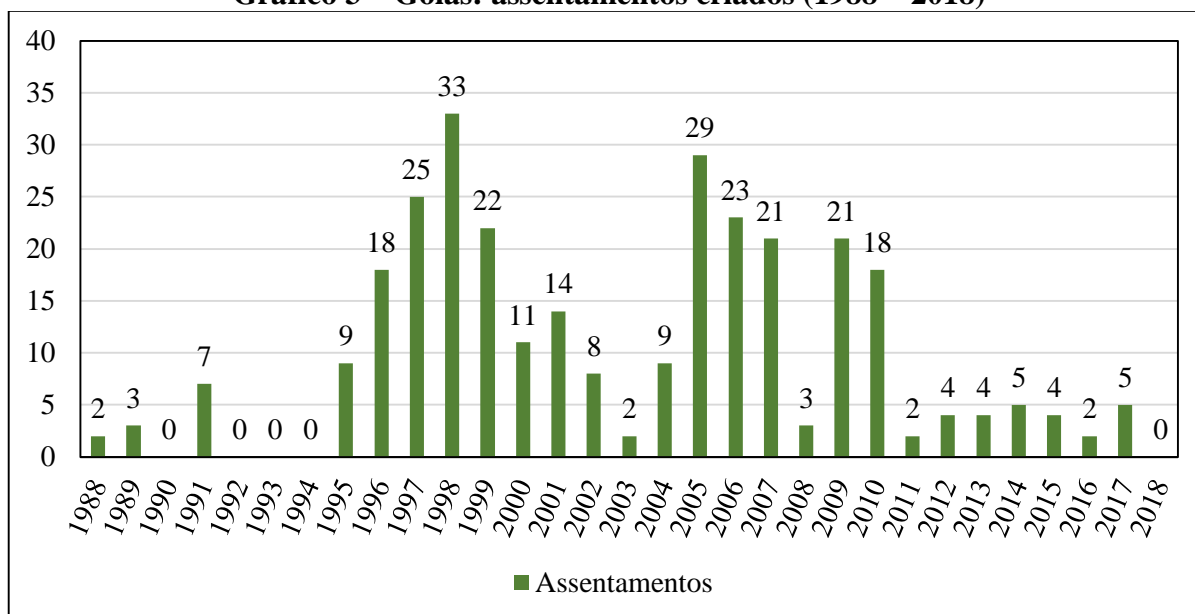
Fonte: CPT, 2018; DATALUTA, 2018. Organização: do autor, 2019.

Destaca-se o recente papel do movimento Terra Livre em Goiás. Desde sua fundação, em 2008, o movimento organizou 77 ocupações no estado e tem atuado com frequência também em manifestações, como aponta o relatório de conflitos no campo da CPT (2018). Também vale ressaltar o alto número de ocupações sem identificação da organização, somando 123 casos.

Se as ocupações têm por objetivo chamar a atenção do Estado para a necessidade da realização da reforma agrária, como salientado anteriormente, o gráfico 3 apresenta dados sobre os assentamentos rurais criados em Goiás entre os anos de 1988 a 2018.

Neste período, foram criados 450 assentamentos no estado, em sua maioria entre os anos de 1995 e 2010. Destaca-se o ano de 1998, quando foram criados 33 assentamentos rurais. Quando se compara com os dados do gráfico 2, sobre ocupações, com o gráfico 3, sobre assentamentos rurais, observa-se que o período de lutas no campo no estado está ligado diretamente ao período em que mais se assentou famílias no estado de Goiás.

Gráfico 3 – Goiás: assentamentos criados (1988 – 2018)



Fonte: INCRA, 2018. Organização: do autor, 2019.

A partir de 2010, Goiás seguiu a tendência nacional de paralisação da reforma agrária, assim, observa-se números inexpressivos desde então, chegando ao ponto de nenhum assentamento ser implementado em 2018. A tendência é se repetir em 2019, pois, como revela um memorando enviado pelo Governo ao INCRA², em março deste ano, suspende por tempo indeterminado a realização de vistorias pelo órgão em todos os estados.

Para Camargos e Magalhães (2019), “[...] a estratégia significa o fim da reforma agrária, pois não transfere a propriedade de terras improdutivas para as famílias sem-terra” (n.p.). De acordo com os autores:

² De acordo com Camargos e Magalhães (2019), em matéria publicada no jornal Repórter Brasil, o documento enviado às superintendências regionais do INCRA afirma que paralisação acontece por conta de redução orçamentária. Foi a segunda vez no ano que órgão suspendeu política de criação de novos assentamentos rurais.

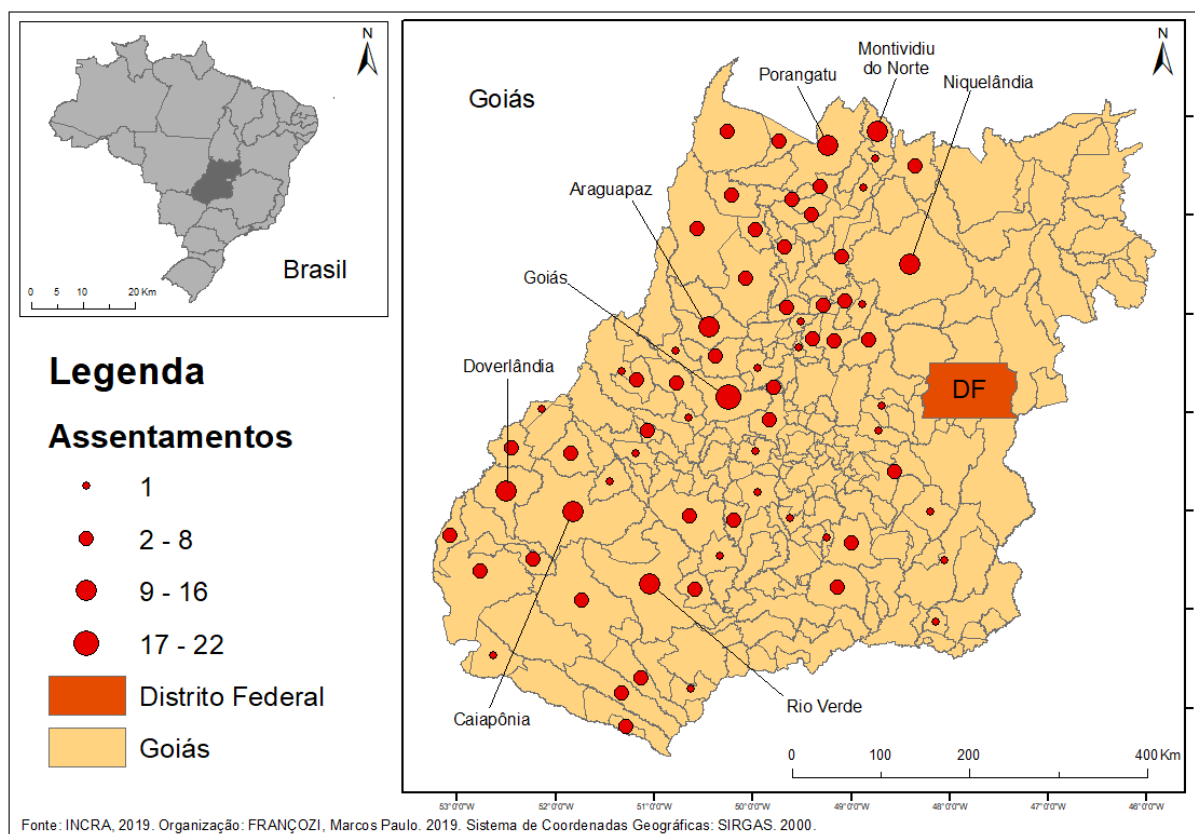
Os servidores do Incra atribuem a suspensão da reforma agrária ao secretário especial de Regulação Fundiária do Ministério da Agricultura, Luiz Antônio Nabhan Garcia, que articulou contatos entre Bolsonaro e produtores rurais durante a campanha eleitoral. (CAMARGOS; MAGALHÃES, 2019, n.p).

Nabhan Garcia é presidente licenciado da União Democrática Ruralista (UDR). A entidade foi protagonista nos enfrentamentos com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, há 20 anos. Garcia ainda é autor de frases como “são fabriquinhas de ditadores”, ao se referir às escolas do MST e, “não durmo sem uma arma”, quando questionado sobre se o aumento de armas na sociedade pode aumentar a violência no campo (MARQUES, 2019).

Ao se espacializar os assentamentos realizados pelo INCRA, em Goiás, no mapa 2, também pode-se ter ideia de como a luta dos movimentos socioterritoriais se dá no território após a conquista da terra. Avaliando o mapa, é possível perceber que, em maior ou menor grau, os assentamentos representam a luta camponesa efetivada pelas ocupações. Quando se compara com o mapa 1, verifica-se a divisão no estado: a região Centro-Oeste apresenta o maior número de assentamentos realizados e de acordo com a representação das ocupações; e a porção Centro-Leste do estado, com poucos ou nenhum assentamento, destacando a região Nordeste, com nenhum assentamento.

Jataí é outro município que exemplifica a desigualdade nas disputas territoriais, no Sudoeste do estado. Com 25 ocupações de terras registradas, o município possui apenas 6 assentamentos de reforma agrária, conquistados em momentos políticos distintos. Jataí pode servir de exemplo também para toda a região da qual faz parte. Como evidencia Clemente (2015), o amplo predomínio de grandes estabelecimentos na região comprova facilmente a marginalização camponesa.

Mapa 2 – Goiás: assentamentos rurais realizados pelo Incra (1988 – 2018)



Fonte: INCRA, 2019. Organização: do autor, 2019.

Nesta perspectiva, a luta pela terra no estado de Goiás está em permanente dinâmica apresentando sempre novas características e elementos a serem analisados pela Geografia. Esses elementos podem ser mais gerais e passivos de uma ampla representação, como as ocupações de terras, os assentamentos e a concentração fundiária; e, mais específicos, que dependem de uma análise mais profunda, caso a caso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltar a importância do movimento de Trombas e Formoso se faz necessário num momento em que a existência dos movimentos sociais em geral está ameaçada. Lembrar que mesmo vitoriosos, os camponeses sempre devem manter-se organizados e em luta. Isso se reflete na espacialização da luta pela terra no estado de Goiás, pois é somente na luta que as ações políticas se concretizam.

Quase um século após a luta Trombas e Formoso as disputas no campo em Goiás e no Brasil se mantiveram. Desta maneira, as inovações tecnológicas e os altos índices de produção não eliminaram as desigualdades e contradições no campo, mantendo e aprofundando a questão agrária. Assim, a teoria do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado continua sendo o eixo teórico válido para compreender o campo brasileiro.

Nesse sentido, a luta pela terra na atualidade (1988 a 2018) em Goiás teve seu ápice entre os anos de 1996 e 2009. Os números da reforma agrária acompanharam a tendência das ocupações de terra e, nos últimos anos (2011 a 2018) reduziram muito. Podemos compreender desta análise, que a luta pela terra na atualidade obteve resultados importantes, mas que precisa ser retomada na busca pela equidade social no campo.

Por outro lado, depara-se com a crescente imobilização social frente a tamanhas desigualdades quando verificamos o decaimento da ação organizada dos movimentos socioterritoriais em Goiás. A não organização dos camponeses é sintoma da falta de objetivos claros, da organicidade intelectual, remetendo-nos a Gramsci (1981). A falta de ações concretas, do questionamento do modo em que opera o sistema capitalista é fator alienante destes sujeitos. Não é à toa que parecem, neste momento, dispersos à historicidade destes movimentos e que comumente tenham discursos contrários à sua existência e luta.

Nesta onda representada pela retirada de direitos, por uma reforma da previdência e trabalhista anti-povo e anti-trabalhadores e pela paralização da reforma agrária, assim como a presença cada vez maior da violência e do autoritarismo, demonstra-se a necessidade da articulação política frente ao capitalismo no século XXI. No Brasil, o latifúndio – junto dos rentistas – impera face à questão agrária – assim como a urbana – ena atual conjuntura política consomem o direito mais básico da sociedade, que é o da existência digna.

Assim, faz-se necessário, mais do que nunca, lembrar-se da história aguerrida dos camponeses de Trombas e Formoso, de sua conquista radical e organizada da terra, para avançarmos hoje rumo a uma reforma agrária também radical e com propósito democrático ao acesso e uso da terra.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. **Estrutura Fundiária em Goiás**. Goiânia: UCG, 1994.

AZEVEDO, Leon Martins Carricone. A revolta camponesa de Trombas e Formoso e a contribuição da teoria anarquista. **Em Debate Rev. Dig.**, Florianópolis, n. 11, p. 68-89, jan-jun, 2014.

CALAÇA, Manoel; RODRIGUES, Ana Paula Costa. **A questão da terra em Goiás: uma metodologia para análise espacial e territorial da distribuição da terra**. Goiânia. 2005.

CALAÇA, Manoel; DIAS, Wagner Alceu. A modernização do campo no Cerrado e as transformações socioespaciais em Goiás. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, ago. 2010. p. 312-332.

CAMARGOS, Daniel; MAGALHÃES, Ana. Governo Bolsonaro volta a suspender a reforma agrária no país. **Repórter Brasil**, 2019. **Disponível em:** <https://reporterbrasil.org.br/2019/03/governo-bolsonaro-volta-a-suspender-a-reforma-agraria-no-pais/>. **Acesso em 20 jul. 2019.**

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A revolta camponesa de Formoso e Trombas**. Goiânia: Editora UFG, 1988.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. Cartografia de um pensamento de Cerrado. In: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010. p.15-34.

CLEMENTE, Evandro César. Desenvolvimento rural e organizações coletivas (associações e cooperativas rurais) da produção da agricultura familiar no Sudoeste de Goiás. In: **Memórias (Anais) do XV Encontro de Geógrafos da América Latina**. Havana, v. 1. 2015. p. 01-13.

CPT. **Conflitos no Campo: Brasil 2018**. CEDOC Dom Tomás Balduino, 2018.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Aconteceu longe demais – A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)**. São Paulo UNESP, 2007.

DOURADO, Maiara. A Luta de Trombas e Formoso: uma ruptura narrativa no contexto da ditadura militar. **Campos**, v. 15, n. 2, 2014.

DUARTE, Élio Garcia. **Do Mutirão à Ocupação de Terras: manifestações camponesas em Goiás**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 484f.

FAGNANI, Eduardo. O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015). **Texto para Discussão**, v. 308, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do movimento dos Trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 – 1999)**. 316 f. Tese (doutorado em geografia), FFLCH, USP, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Introduccion a la filosofia de la praxis**. Premia Editora, 1981.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.

INSTITUTO MAURO BORGES. Comprometimento hídrico por pivôs centrais em Goiás. **Informe Técnico**, n. 14, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Superintendência Regional Goiás, SR 04. **Assentamentos**, 2017. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 04 jul. 2019.

MARQUES, Hugo. 'Não durmo sem uma arma', diz secretário de Assuntos Fundiários. **Veja**. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/nao-consigo-dormir-sem-uma-arma-diz-secretario-de-assuntos-fundiarios/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

OIKAWA, Marcelo. **Porecatu**: a guerrilha que os comunistas esqueceram. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar**: políticas públicas e Amazônia. Papirus Ed., 1991.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, v. 2, n. 21, p. 113-156, 2005.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O BRASIL**: Território e sociedade no início do século XXI. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Informações sobre o autor

Marcos Paulo França

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí (UFG/REJ).

marcoos_k10@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3123-8287>

Artigo recebido em 31/05/2020 e aceito em 04/06/2020